

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**ANITA MENECHINO SACCOCCIO**

**ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS: a implementação do  
Projeto Alfabetização Social Voluntária no município de João Pessoa**

**JOÃO PESSOA**  
**2024**

**ANITA MENECHINO SACCOCCIO**

**ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS: a implementação do  
Projeto Alfabetização Social Voluntária no município de João Pessoa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia – Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – como requisito para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

**Orientadora:** Professora Dra. Suelídia Maria Calaça

**JOÃO PESSOA  
2024**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S119a Saccoccio, Anita Menechino.

Alfabetização de jovens, adultos e idosos: a implementação do Projeto Alfabetização Social Voluntária no município de João Pessoa / Anita Menechino Saccoccio. - João Pessoa, 2024.  
52 f.

Orientação: Suelídia Maria Calaça.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Alfabetização de jovens e adultos. 2. Projeto Alfabetização Social Voluntária. 3. Programas de alfabetização. I. Calaça, Suelídia Maria. II. Título.

UFPB/CE

CDU 374.7(043.2)

Elaborado por SUELEEM VIEIRA BRITO - CRB-15/397

ANITA MENECHINO SACCOCCIO

**ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS: a implementação do  
Projeto Alfabetização Social Voluntária no município de João Pessoa**

Trabalho de conclusão de curso para ser apresentado ao Centro de Educação da  
Universidade Federal da Paraíba em cumprimento às exigências para obtenção de  
título de Licenciatura em Pedagogia.

Documento assinado digitalmente  
 SUELIDIA MARIA CALAÇA  
Data: 22/11/2024 11:19:38-0300  
Verifique em <http://validar.it.gov.br>

---

SUELÍDIA MARIA CALAÇA - DME/CE/ UFPB - Orientadora

---

HERMES TALLES DOS SANTOS BRUNIERI - DME/CE/ UFPB - Examinador

---

FABRINI KATRINE DA SILVA BILRO - DME/CE/ UFPB - Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Sou imensamente grata pela oportunidade de vivenciar a riqueza, a diversidade e a grandiosidade de uma Universidade Pública. Finalizar o curso de Pedagogia neste espaço representa não só uma realização pessoal, mas também um compromisso social. Agradeço às políticas públicas que tornaram possível essa experiência.

Gratidão a todas as relações que construí na Universidade Federal da Paraíba, às inúmeras oportunidades de construção de conhecimento que a Pedagogia me proporcionou e às emoções vividas durante o curso, todos os desafios, as angústias, as risadas. Esses encontros me moldaram, tanto emocionalmente quanto intelectualmente, e muitas vezes acreditaram em mim mais do que eu mesma. Em meio a momentos difíceis, a presença dessas pessoas foi crucial para que eu me lembrasse dos meus objetivos, traçados no início dessa jornada.

Sou profundamente grata à minha família que, mesmo à distância, sempre me apoiou nessa escolha, embora nem sempre entendessem o motivo de estar tão longe. Eles percebiam pelo brilho no meu olhar e nas minhas palavras, o quanto essa vivência era significativa para mim. A saudade foi o pano de fundo nesse pedaço da minha história.

Agradeço à Professora Dra. Suelídia Maria Calaça por todo o suporte oferecido, pela sua disponibilidade, seu tempo e sua compreensão.

Por fim, quero reafirmar meu compromisso com a defesa da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, onde quer que eu esteja, independentemente da área em que eu venha a atuar. Essa modalidade, que tanto me ensinou e fez e faz sentido ao longo da minha formação pessoal na minha prática profissional, terá sempre minha dedicação e defesa.

*“Não posso continuar sendo humano se  
faço desaparecer em mim a esperança”*

*Paulo Freire*

## RESUMO

Este trabalho analisou a implementação e o funcionamento do Projeto Alfabetização Social Voluntária da Prefeitura de João Pessoa – PB, orientando-se nos seguintes objetivos centrais: refletir sobre as concepções de alfabetização e letramento na Educação de Jovens, Adultos e Idosos; historicizar a Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil; e caracterizar o Projeto Alfabetização Social Voluntária, destacando suas possíveis contribuições para a EJA na cidade de João Pessoa. O estudo primeiramente abordou as concepções de alfabetização e letramento, fundamentadas nas contribuições teóricas de Paulo Freire (2011), Magda Soares (2015) e Suzana Schwartz (2024). Em seguida, examinou a trajetória de programas de alfabetização implementados a partir da década de 1960: CEPLAR, Cruzada ABC, MOBREAL, Programa Alfabetização Solidária e Programa Brasil Alfabetizado, contextualizando-os em seus períodos históricos e gestões governamentais. Além da revisão teórica, o estudo analisou a inserção do Projeto de Alfabetização Social Voluntária no cenário da Educação de Jovens, Adultos e Idosos em João Pessoa. O percurso metodológico deste trabalho foi realizado a partir da pesquisa de natureza qualitativa, utilizando os procedimentos da pesquisa documental. O projeto, que atua em espaços não escolares, como associações e centros comunitários, foi discutido desde sua criação, passando pelos desafios enfrentados durante sua implementação, até suas contribuições para a educação na cidade. O trabalho conclui que, apesar das dificuldades, o projeto contribui significativamente para o avanço da alfabetização em João Pessoa, reforçando a importância de iniciativas comunitárias e políticas públicas voltadas à EJA como instrumentos de transformação social e inclusão de populações historicamente marginalizadas.

*Palavras-chave: Alfabetização de Jovens e Adultos; Projeto Alfabetização Social Voluntária; Programas de Alfabetização*

## ABSTRACT

This study analyzed the implementation and functioning of the Voluntary Social Literacy Project of the City Hall of João Pessoa – PB, focusing on the following central objectives: reflecting on the concepts of literacy and literacies in the education of young people, adults, and the elderly; historicizing the education of young people and adults in Brazil; and characterizing the Voluntary Social Literacy Project, highlighting its potential contributions to Adult Education (EJA) in the city of João Pessoa. The study first addressed the concepts of literacy and literacies, based on the theoretical contributions of Paulo Freire (2011), Magda Soares (2015) e Suzana Schwartz (2024). Next, it examined the trajectory of literacy programs implemented since the 1960s: CEPLAR, Cruzada ABC, MOBRAL, Programa Alfabetização Solidária, and Programa Brasil Alfabetizado, contextualizing them in their historical periods and government administrations. In addition to the theoretical review, the study analyzed the insertion of the Voluntary Social Literacy Project into the context of adult education in João Pessoa. The methodological approach of this work was based on qualitative research, using documentary research procedures. The project, which operates in non-school spaces such as associations and community centers, was discussed from its creation, through the challenges faced during its implementation, to its contributions to education in the city. The study concludes that, despite the difficulties, the project significantly contributes to the advancement of literacy in João Pessoa, reinforcing the importance of community initiatives and public policies focused on EJA as instruments of social transformation and inclusion of historically marginalized populations.

*Keywords: Youth and Adult Education; Projeto Alfabetização Social Voluntária; Literacy Programs*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 CAMINHOS TEÓRICOS DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS.....</b>	<b>13</b>
2.1 Concepções de alfabetização e letramento.....	14
2.2 Alfabetização comprometida com a transformação social.....	17
<b>3 HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS.....</b>	<b>21</b>
3.1 CEPLAR.....	22
3.2 Cruzada ABC.....	23
3.3 Movimento Brasileiro De Alfabetização (MOBRAL) .....	26
3.4 Programa Alfabetização Solidária (PAS).....	28
3.5 Programa Brasil Alfabetizado (PBA).....	32
<b>4 O PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO SOCIAL VOLUNTÁRIA NA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO EM JOÃO PESSOA .....</b>	<b>36</b>
4.1 A emergência do Projeto de Alfabetização Social Voluntária.....	37
4.2 Desafios e adaptações para implementação do projeto.....	39
4.3 Possíveis contribuições do projeto para a alfabetização em João Pessoa.....	43
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>47</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI<sup>1</sup>) é uma modalidade da educação básica prevista pela legislação brasileira. Segundo a LDB 9.394/96, o principal objetivo da EJAI é garantir o direito à educação àqueles que não tiveram oportunidade de acesso ou de permanência nas etapas de ensinos, fundamental e médio, na idade considerada regular.

Historicamente a EJAI é marcada pelo seu compromisso com a superação do analfabetismo e a democratização do ensino. De acordo com Brasil (2008), as primeiras políticas públicas nacionais destinadas à instrução dos jovens e adultos foram implementadas a partir de 1947, mas é, principalmente, a partir dos anos 1960 que a alfabetização de adultos passa a integrar a agenda dos governantes, porém, o objetivo principal era de angariar apoios políticos, já que os analfabetos não tinham direito ao voto.

Mesmo sabendo que o Estado brasileiro, através dos seus governos, estaduais e municipais, devem ofertar vagas, estrutura e funcionamento para a execução da EJAI, não significa, automaticamente, que o direito a esta modalidade de ensino esteja sendo garantida e usufruída por todos que foram, de alguma maneira, excluídos da escola.

Com o breve cenário apresentado, é preciso refletir e reconhecer o papel da EJAI na promoção da equidade da educação e da justiça social. Mas, mesmo sendo tão importante, essa modalidade de ensino enfrenta muitos desafios, não somente sociais, mas também nas Universidades. Tanto quanto em relação ao fortalecimento enquanto campo de estudo, quanto na sua própria prática. É comum os cursos de graduação oferecerem uma abordagem superficial da EJAI, podendo resultar em uma formação com lacunas para os futuros educadores e pesquisadores que atuarão na área.

Assim, este trabalho pretende se somar e contribuir aos demais estudos da EJAI como um campo de prática, um espaço de reflexão teórica e da pesquisa e de

---

<sup>1</sup> Embora a nomenclatura oficial utilizada seja **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**, optei neste trabalho por incluir o termo 'idosos' como reconhecimento à participação e às necessidades específicas desse público nas práticas de alfabetização e letramento. Assim, será utilizada a expressão **Educação de Jovens, Adultos e Idosos** ao longo do texto.

discussão de política pública e práticas pedagógicas, visando o fortalecimento da modalidade de ensino.

De acordo com os dados do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2023 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Paraíba tem uma taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de 13,2% de sua população, a Região Metropolitana de João Pessoa com a taxa de 7,6%, ficando acima do índice nacional, mostrando a necessidade e a urgência de maiores investimentos e atenção nessa modalidade de ensino.

Diante das minhas experiências acadêmicas e profissionais, sempre estive sensível a esta temática. Pesquisar, estudar e trabalhar com EJAI foi minha intenção desde a escolha do curso de graduação. Mais recentemente, durante o ano de 2024, estou tendo a oportunidade de vivenciar a implementação e o funcionamento do Projeto Alfabetização Social Voluntária da prefeitura de João Pessoa -PB, na condição de coordenadora. É deste lugar que emergem as minhas inquietações: quais os principais desafios cotidianos do projeto? Quais as concepções de educação, alfabetização e letramento orientam as ações do projeto? Como é possível avançar e colaborar com a EJAI em João Pessoa-PB?

A partir desses questionamentos emergem os meus objetivos que consistem em: analisar a implementação do projeto de Alfabetização Social Voluntária da prefeitura de João Pessoa -PB, identificando suas concepções de educação e alfabetização. Para responder ao objetivo geral, traçamos os objetivos específicos que são: refletir sobre as concepções de alfabetização e letramento na Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Historicizar a Educação de Jovens, Adultos e Idosos e caracterizar o projeto Alfabetização Social Voluntária apresentando possíveis contribuições para Educação de Jovens, Adultos e Idosos na cidade de João Pessoa.

O percurso metodológico deste trabalho está comprometido com a pesquisa de natureza qualitativa, utilizando os procedimentos da pesquisa documental.

Segundo Minayo (2010), dentro das ciências sociais, a pesquisa qualitativa trabalha com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com um universo de significados das ações e relações humanas. Ainda segundo a autora, na investigação social, há um estabelecimento da da relação do pesquisador e seu campo de estudo, então a ideia de mundo está atravessada por todo do processo de construção do conhecimento, desde o objeto de estudo até os

resultados e sua aplicação. Além disso, é fundamental reconhecer que o objeto das ciências sociais tem, em sua essência, um caráter qualitativo.

Nessa mesma perspectiva, Lüdke e André (1986) compreendem que a pesquisa qualitativa se torna ainda mais relevante em estudos que abrangem os seres humanos e as diversas realidades sociais nas quais estão inseridos, tendo o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.

Sobre o procedimento de pesquisa documental, Severino (2007) afirma que trata-se da utilização dos mais variados documentos como fonte, seja jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais, entre outros. Sendo que nesse caso, o material não passou por tratamento analítico, sendo a matéria-prima o qual o pesquisador vai desenvolver sua análise.

A análise documental concentrou-se na análise do marco legal que regulamenta e orienta o Projeto de Alfabetização Social Voluntária, a análise do documento oficial para o processo de implementação do projeto, que é o Edital Nº 01/2024 - Processo Seletivo Simplificado de Educadores Sociais Voluntários - Alfabetizadores, que regulamenta a seleção dos alfabetizadores voluntários além da análise dos materiais pedagógicos utilizados na formação inicial dos alfabetizadores selecionados do projeto, apresentando uma visão sobre sua implementação, os desafios enfrentados e as contribuições alcançadas. O projeto tem como base os princípios pedagógicos de Paulo Freire e Carlos Brandão, que orientam uma abordagem dialógica e crítica no processo de alfabetização. A partir dessas referências teóricas, foi possível entender o papel do educando como sujeito ativo na construção do conhecimento.

Para este trabalho, a revisão teórica foi fundamental para embasar as reflexões sobre as concepções de alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos, assim como para compreender a trajetória histórica de programas de alfabetização no Brasil. Autores como Paulo Freire (2011), com sua visão crítica da educação e seu compromisso com a transformação social, Magda Soares (2015), que discute a relação entre alfabetização e letramento, e Suzana Schwartz (2024), que contribui com uma visão atualizada sobre o processo de alfabetização, foram referências centrais para a fundamentação teórica desta pesquisa.

O trabalho conclui que, apesar das dificuldades e da necessidade de futuras pesquisas, o projeto pode contribuir significativamente para o avanço da

alfabetização em João Pessoa, reforçando a importância de iniciativas comunitárias e políticas públicas voltadas à EJAI como instrumentos de transformação social e inclusão de populações historicamente marginalizadas.

## 2 CAMINHOS TEÓRICOS DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

A escrita e a leitura se manifestam em quase todos os contextos e atividades cotidianas, desde os mais simples até os mais elaborados. Elas permeiam nossas interações no trabalho, nas instituições de ensino, no lazer e nas relações pessoais, mediando grande parte das comunicações, ou seja, está presente, de alguma forma, em quase todas práticas sociais. O papel da leitura e da escrita foi e é fundamental para a organização social, funcionando como uma ferramenta essencial para a regulação da vida em sociedade. Além disso, essas práticas foram inseridas em nosso mundo de tal forma que acaba sendo um dos principais meios de acesso ao conhecimento e de pertencimento cultural. Proporciona também o acesso a saberes sistematizados, seja por meio de livros, artigos e através das tecnologias. Assim, estão profundamente vinculadas ao funcionamento das instituições sociais e à disseminação de valores e costumes, contribuindo significativamente para o desenvolvimento cultural e intelectual de indivíduos e comunidades (Unesco, 2008).

Dessa forma, o domínio da escrita e da leitura, além de promover novos conhecimentos e favorecer a compreensão de como os sujeitos se posicionam na sociedade, também traz um recorte de como eles se enxergam e são percebidos pelos outros. Ou seja, a apropriação dos usos sociais da prática de ler e escrever interferem no processo do reconhecimento de quem se é e dos lugares que ocupamos na vida em coletividade.

Na sociedade brasileira, identifica-se uma variedade de grupos sociais que tiveram seus direitos de acesso à escolarização negados ou dificultados. Esses sujeitos são, na maioria das vezes, estigmatizados e rotulados como pessoas que fracassaram. Essa concepção pode reforçar uma compreensão individualizante de uma problemática que envolve aspectos sociais, econômicos, políticos e, portanto, não deve ser tratada de maneira simplista e meritocrática. Nesse sentido, destaca-se que, as elevadas, alarmantes e persistentes taxas de analfabetismo no nosso país refletem um projeto de sociedade ancorado em uma lógica liberal e neoliberal.

Esses grupos precisam ser reconhecidos a partir de suas diversidades e não considerados como uma unidade homogênea. Ou seja, mesmo que os sujeitos compartilhem experiências semelhantes sobre seus *não* processos de escolarização

e sofram com julgamentos estigmatizantes, não se pode negar suas particularidades que vão se forjando a partir dos atravessamentos de classe, raça, etnia, gênero e regionalidades. Em outras palavras,

O analfabetismo de jovens e adultos é uma deformação social inaceitável, produzida pela desigualdade econômica, social e cultural. Há ainda um agravante neste caso: muitos programas de alfabetização ainda não atendem às necessidades específicas de cada segmento da população: indígenas, negros, mulheres, deficientes, campo etc., não levando em conta as culturas e as linguagens locais (Gadotti, 2010, p. 14).

Além de considerar as diversidades que atravessam os grupos de pessoas que não tiveram acesso ao direito de ler e escrever, faz-se necessário tecer uma discussão sobre o debate que envolve os conceitos de alfabetização.

## **2.1 CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

O conceito de alfabetização não é único e não está dado a priori. As concepções de alfabetização foram e permanecem se modificando ao longo da história. Suas compreensões tem relação com os contextos históricos, econômicos e políticos.

De acordo com Schwartz (2024), não se deve reduzir a compreensão de alfabetização como um mero ato mecânico de codificação e decodificação de letras e sílabas. Segundo a autora, etimologicamente, a palavra alfabetização significa “aquisição do alfabeto” e, por isso, induz facilmente a este entendimento mecanizado. Contudo, este trabalho se compromete em provocar reflexões críticas sobre essa visão reducionista e defender concepções de alfabetização como um fenômeno social de apropriação da cultura, desenvolvimento de si e de aprimoramento da percepção da realidade tal como ela é.

Conforme apontado por Morais,

Na esteira desse posicionamento, além de buscarmos abandonar o emprego das palavras “código”, “codificar” e “decodificar”, parece-nos necessário criar um ensino sistemático que auxilie, dia após dia, nossos alunos a refletir conscientemente sobre as palavras (Morais, 2005, p. 45)

Apesar das transformações que o conceito de alfabetização sofreu ao longo do tempo, especialmente ao ser entendido como um processo que vai além da simples decodificação de palavras, foi apenas nas últimas décadas que o termo letramento passou a ser amplamente discutido. É fundamental destacar que alfabetização e letramento, embora interrelacionados, não devem ser tratados de forma isolada, nem considerados sinônimos ou processos idênticos.

Soares explica que:

alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos (Soares, 2004, p.97).

Como destaca a autora, essas duas dimensões envolvem processos cognitivos e linguísticos distintos: o aprendizado técnico da escrita (alfabetização) e a habilidade de aplicar esse conhecimento em diferentes situações sociais (letramento). Essa distinção é particularmente relevante no contexto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos onde muitos alunos já possuem alguma vivência com a leitura e escrita no seu cotidiano, mesmo que não tenham sido formalmente alfabetizados. O processo de letramento, assim, complementa e aprofunda a alfabetização ao conectar essas aprendizagens à prática social, possibilitando uma maior autonomia e participação ativa na sociedade.

Ainda, de acordo com Soares (2004), no Brasil, em meados dos anos 80, as discussões sobre letramento se deu, de certa forma, com uma trajetória inversa em relação ao que vinha acontecendo na França e nos Estados Unidos, por exemplo. Nesses países, embora as questões relacionadas à aprendizagem inicial da leitura e da escrita tenham sido superadas no âmbito da alfabetização, as discussões sobre o domínio das habilidades para o uso social da leitura e da escrita, próprias do letramento, não foram plenamente abordadas, ou seja, não garantiu que sujeitos alfabetizados soubessem empregar socialmente a escrita. Já no cenário nacional, os conceitos de alfabetização e letramento acabam se mesclando, sobrepondo-se e, muitas vezes, sendo confundidos:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita a alfabetização - e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (Soares, 2004, p. 14).

Nesse mesmo sentido, Albuquerque, Morais e Ferreira (2013) apontam que mesmo que sujeitos jovens e adultos possuam experiências de letramento e conhecimentos sobre diferentes gêneros presentes em seu cotidiano, isso não garante que tenham autonomia para ler e escrever os mais diferentes tipos de textos.

Assim, nessa abordagem, em que alfabetização não pode estar separada do letramento nas práticas educativas, mesmo sendo conceitos diferentes, mostra a necessidade de uma educação que considere ambos os aspectos de maneira integrada, promovendo não apenas a decodificação de palavras, mas a formação de sujeitos letrados e que possam refletir criticamente na sociedade.

Em suas pesquisas, Soares (2004) faz um apontamento crítico sobre a mudança do paradigma da alfabetização a partir das contribuições da teoria da psicogênese da língua escrita, desenvolvida por Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Em nenhum momento a autora nega as contribuições da teoria, porém, ela acredita que é preciso reconhecer que a teoria abriu margens para algumas interpretações enganosas e premissas equivocadas no que diz respeito a perda das especificidades do processo de alfabetização .

Sobre as propostas de alfabetização e letramento, Soares (2004) propõe, primeiramente, o reconhecimento da alfabetização como um processo específico de aquisição do sistema de escrita. Em seguida, destaca a importância de desenvolver a alfabetização em um contexto de letramento, que envolve a participação em atividades de leitura e escrita, promovendo habilidades sociais e atitudes positivas

em relação a essas práticas. Por último, ressalta que tanto a alfabetização quanto o letramento possuem diferentes dimensões que exigem metodologias distintas (Soares, 2004).

Vóvio e Kleiman (2013) alertam para a importância de uma atenção especial à cultura da leitura e da escrita ao se tratar de adultos não alfabetizados, ressaltando a necessidade de investigar a relação entre escolarização, analfabetismo e letramento em contextos de exclusão social:

O interesse pela heterogeneidade das práticas de uso da escrita num contexto social de crescente marginalização de grupos que não sabem ler e escrever, ou pouco sabem, tem sido fundamental para o estabelecimento de uma temática que continua sendo investigada nos enfoques socioculturais: a relação entre escolarização, analfabetismo e letramento (Vóvio; Kleiman, 2013, p. 181).

A alfabetização e o letramento desempenham um papel significativo no fortalecimento das capacidades do sujeito, contribuindo para ampliar sua participação social, cultural e cidadã. A integração dessas práticas possibilita que os educandos compreendam e interajam de maneira crítica com o mundo ao seu redor, promovendo autonomia, inclusão social e a formação de cidadãos mais conscientes e participativos. Portanto, o interesse em alfabetizar, entendido como garantir o domínio do sistema de escrita, e em letrar, ou seja, desenvolver as habilidades necessárias para o uso crítico e social da leitura e da escrita, é imprescindível para promover a participação ativa das pessoas em suas vidas e assegurar o pleno exercício de seus direitos.

## **2.2 ALFABETIZAÇÃO COMPROMETIDA COM A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Nos debates a respeito da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), a alfabetização é frequentemente apresentada como um processo central para a formação de uma concepção de sociedade que entende o ser humano como sujeito ativo da sua própria história e do contexto social em que vive (Vóvio; Kleiman, 2013). Concordo com as autoras quando sugerem que um projeto de sociedade que se propõe a uma efetiva garantia do direito à educação com qualidade para adultos e

idosos, colabora para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e inclusiva.

Quando se pensa em um projeto de sociedade formado por sujeitos autônomos e conscientes de seu papel na transformação social proporcionada por um processo de alfabetização e educação críticas, não se pode deixar de falar em Paulo Freire (1967), um educador cujas contribuições para a alfabetização são amplamente reconhecidas, dispensando apresentações. Sua abordagem, pautada no diálogo, na conscientização e na educação como prática de liberdade, trouxe uma nova perspectiva para o processo de alfabetização, principalmente de jovens e adultos.

Considerar a alfabetização a partir de uma perspectiva ingênua, como um simples e mecânico ato de ensinar a ler e escrever, pode contribuir para a desumanização daqueles que não são alfabetizados, muitas vezes vistos, de forma equivocada, como indolente ou desinteressado pelo aprendizado, reduzindo-os a uma condição de exclusão. Essa concepção ignora as complexidades sociais, políticas, econômicas e culturais envolvidas, perpetuando uma lógica fatalista, onde o analfabetismo é tratado como algo imutável e natural. Essa abordagem desconsidera o poder transformador da educação e a capacidade dos sujeitos de superarem essa condição por meio de um processo de alfabetização crítico e emancipador.

A respeito da desumanização, Freire diz:

A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do *ser mais*. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, *destino dado*, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o *ser menos* (2011, p. 16-17).

Na medida em que o processo de alfabetização envolve não apenas a aquisição técnica da leitura e escrita, mas também a reflexão crítica sobre a

realidade, Freire promove o desenvolvimento de sujeitos capazes de refletir, questionar e desafiar as estruturas de opressão que os cercam. Nesse sentido, a alfabetização crítica não só valoriza os sujeitos, permitindo que eles leiam o mundo com autonomia, mas também os capacita a participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Em resumo ,

Paulo Freire, em seu trabalho de alfabetização de jovens e adultos desenvolvido no início da década de 60, rompeu com muitos aspectos constitutivos dos métodos tradicionais de alfabetização, tais como: trabalho com palavras não significativas para os alunos; necessidade de partir de sílabas mais simples para as mais complexas; uso de textos cartilhados (construídos pelos autores do livro com o uso de palavras já trabalhadas em lições anteriores); concepção de aluno como tábula rasa, cujo conhecimento sobre a língua teria que ser transmitido pelo professor, etc. Para ele, os adultos analfabetos eram produtores de cultura e de conhecimento, e o processo de alfabetização deveria partir de suas experiências (Ferreira et al, 2013, p. 181).

Concordo com Soares (1995, p. 118) ao afirmar que é inadequado dizer que Paulo Freire desenvolveu um método de alfabetização, apesar de ser uma ideia frequentemente dispersada. A autora esclarece que, no contexto da pedagogia e do ensino, 'método' refere-se a uma forma de agir, ou seja, um conjunto de estratégias destinadas a direcionar a aprendizagem para um objetivo específico, como um sistema a ser seguido no ensino de um determinado conteúdo (Soares, 2015).

Segundo Soares (2015), Paulo Freire criou uma teoria da educação, uma pedagogia que se constitui para e pela prática de alfabetização que o educador experimentou. Diante de uma conjuntura de efervescência política e social, Freire inaugura uma concepção de alfabetização que rompe com as práticas metodológicas existentes (Soares, 2015).

Freire (1995) enfatiza que a alfabetização de adultos deve ser compreendida como um ato político e de conhecimento, caracterizando-a, portanto, como um ato criador. O autor argumenta que, para ele, seria muito difícil se comprometer com práticas que se limitem à memorização mecânica, e que a alfabetização não deve ser reduzida ao simples ensino de palavras, sílabas ou letras. Para o educador, deve-se reconhecer o sujeito como ativo no processo de aprendizagem.

Freire complementa que, embora o alfabetizando necessite do apoio do educador, como acontece em qualquer relação pedagógica, isso não implica que sua criatividade e responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura sejam anuladas. O autor mostra que a alfabetização é entendida como a construção da expressão escrita a partir da expressão oral. Para Freire, essa construção não deve ser realizada pelo educador em nome do alfabetizando, pois é nesse momento que o alfabetizando exerce sua própria capacidade criativa (Freire, 1995).

Sobre a alfabetização, Freire contextualiza:

Só assim a alfabetização cobra sentido. É a consequência de uma reflexão que o homem começa a fazer sobre sua própria capacidade de refletir. Sobre sua posição no mundo. Sobre o mundo mesmo. Sobre seu trabalho. Sobre seu poder de transformar o mundo. Sobre o encontro das consciências. Reflexão sobre a própria alfabetização, que deixa assim de ser algo externo ao homem, para ser dele mesmo. Para sair de dentro de si, em relação com o mundo, como uma criação. Só assim nos parece válido o trabalho da alfabetização, em que a palavra seja compreendida pelo homem na sua justa significação: como uma força de transformação do mundo. Só assim a alfabetização tem sentido. Na medida em que o homem, embora analfabeto, descobrindo a relatividade da ignorância e da sabedoria, retira um dos fundamentos para a sua manipulação pelas falsas elites. Só assim a alfabetização tem sentido (1967, p. 142).

A concepção de alfabetização de Freire transformou profundamente a história da educação e da pedagogia. Ao romper com o modelo da educação bancária, essa perspectiva de alfabetização coloca o educando como sujeito ativo de seu processo de aprendizagem, contrapondo a ideia tradicional que o sujeito não alfabetizado não tem conhecimento algum. Trata-se de uma abordagem de educação que transcende o pressuposto de que o professor transmite conhecimento ao aluno, ao promover a reflexão crítica e a prática consciente do alfabetizando, favorecendo a autonomia e a construção de saberes que dialoguem com a realidade dos educandos.

No próximo capítulo, serão abordados alguns programas de alfabetização implementados a partir da década de 1960. Essa análise ajudará a identificar algumas ideias das diferentes perspectivas de alfabetização e estratégias utilizadas ao longo do tempo, assim como seus impactos, positivos ou não, na garantia do direito da alfabetização de jovens e adultos no Brasil.

### **3 HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS**

Os caminhos percorridos pela alfabetização de jovens e adultos no Brasil são marcados por profundas desigualdades sociais e por um sistema educacional insuficiente, que foi conquistado de forma tardia pela população brasileira.

No começo do período republicano, o alto índice de analfabetismo no Brasil se tornou um grande desafio, afetando diretamente as questões morais, políticas e econômicas da nova realidade nacional. A incapacidade de ler e escrever era vista como um grande empecilho para as novas concepções de nação e cidadania que surgiam naquela época, e que se opunham à ideia de modernidade que pretendia romper com a imagem da monarquia e o passado marcado pela escravidão. Além disso, o analfabetismo contribuía para manter a desigualdade social e dificultava o avanço econômico, uma vez que, com o início da industrialização, o país precisava de mão de obra qualificada. Havia também uma forte pressão dos intelectuais da época, que consideravam a educação como essencial para a modernização e democratização do Brasil (Unesco, 2008).

De acordo com a Unesco (2008), o Brasil implementou as primeiras políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos entre o final da década de 1940 e ao longo dos anos 1950. Entretanto, essas iniciativas, estruturadas em campanhas educacionais, enfrentaram inúmeras críticas por serem consideradas superficiais, com uma formação acelerada e o uso de modelos e materiais pedagógicos inadequados. Além disso, essas políticas desconsideravam as particularidades regionais e as especificidades de aproximadamente 16 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais.

Já na década de 1960, como destaca Façanha (2013), o Brasil vivenciou um período de grande efervescência social. Durante esses anos, o país se tornou palco de uma intensa mobilização popular, liderada por movimentos que buscavam promover mudanças estruturais, especialmente as chamadas 'reformas de base'. Diversos setores da sociedade estiveram envolvidos nessa luta, incluindo trabalhadores, estudantes e políticos. No auge desse cenário, movimentos culturais e educacionais se disseminaram por todo o país, com destaque para a Região Nordeste.

Esses movimentos culturais e educacionais foram essenciais para abrir caminho a novas perspectivas no Brasil. As práticas de alfabetização de adultos,

com um enfoque mais voltado à conscientização, começaram a se espalhar por todo o país. Diante disso, este trabalho abordará de forma mais detalhada algumas das campanhas de alfabetização de adultos que emergiram a partir desse novo contexto e se desenvolveram até os dias atuais: Campanha de Educação Popular (CEPLAR), Cruzada de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC), Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Programa Alfabetização Solidária (PAS) e o Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

### **3.1 CEPLAR**

Como já relatado brevemente neste trabalho, o cenário educacional brasileiro dos anos 1960 foi moldado por diversas questões sociais, econômicas e políticas.

O analfabetismo entre pessoas jovens e adultas era uma questão urgente a ser resolvida, principalmente nas regiões economicamente desfavorecidas do nosso país, como era o caso do Nordeste. Foi nesse contexto que a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) emergiu. Como Porto e Lage (1995) retomam, em meio a um momento de batalhas por transformações fundamentais e estruturais na sociedade brasileira. Assim, o movimento, que perdurou entre os anos 1961 e 1964, foi uma campanha de grande importância para a história da alfabetização de jovens e adultos no Brasil, principalmente no estado da Paraíba.

A CEPLAR apresentou propostas e métodos diferentes dos projetos de alfabetização para adultos que existiam até então, que se baseiam em técnicas de memorização e repetição. A ideia da Campanha não era só ensinar a ler e escrever, mas também conscientizar as pessoas sobre o que estava acontecendo ao seu redor, como reafirma Façanha (2013):

O trabalho da CEPLAR tinha como objetivo prioritário a educação/alfabetização política dos adultos, visando conscientizá-los para que viessem a participar do processo de mudança pelo qual passava o país. Essa preferência pela alfabetização de adultos tinha a intenção de transformação social, para que estes pudessem intervir, de maneira significativa, no processo de mobilização política. Investia-se, dessa maneira, na alfabetização em tempo recorde (a utilização do método previa a alfabetização do indivíduo em 40 horas), para a ampliação do número de eleitores e, conseqüentemente, uma revolução feita através do voto (Façanha, 2013, p. 29-30).

A Campanha de Educação Popular foi uma das pioneiras na adoção da proposta pedagógica de Paulo Freire para alfabetizar e conscientizar rapidamente um grande número de pessoas, visando torná-las parte ativa nos processos de mobilização social que ocorriam no Brasil. A intenção era elevar culturalmente as massas populares por meio de ações políticas e culturais que incentivassem sua conscientização e, assim, possibilitassem uma transformação da sociedade por meio do voto. A abordagem freiriana foi amplamente utilizada devido a um de seus grandes atrativos: a alfabetização em apenas 40 horas de aula, além de seu baixo custo de implementação. Em vez de salas de aula tradicionais, utilizavam-se círculos de cultura, que funcionavam como espaços onde os participantes, de forma ativa e dialogada, discutiam problemas locais e nacionais. Essa metodologia transformava os indivíduos em sujeitos conscientes de suas responsabilidades na sociedade, oferecendo uma via eficaz para desenvolver o senso crítico e politizar as massas a partir de sua própria realidade e vocabulário (Façanha, 2013).

A CEPLAR possibilitou aliar educação e conscientização, rompendo com modelos de memorização. Ao tomar como referência a pedagogia de Paulo Freire, a campanha não apenas alfabetizava, mas também ajudava a despertar uma consciência crítica nas pessoas. O uso dos círculos de cultura, revela um entendimento mais profundo sobre o papel da educação na emancipação dos sujeitos, valorizando suas vivências e sua leitura de mundo. Porém, essa proposta de alfabetização, com cunho político forte, foi perdendo forças, pois passou a ser considerada subversiva e uma ameaça pelo contexto autoritário que tomava conta do país. Depois do golpe militar de 1964, muitas das lideranças do movimento foram perseguidas e exiladas.

### **3.2 CRUZADA ABC**

A Cruzada de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC) emerge a partir da extinção da CEPLAR e de outros movimentos de alfabetização popular após o golpe de 1964. Com a mudança política, o novo regime militar desarticulou iniciativas como a CEPLAR, que promoviam uma educação popular baseada em princípios

progressistas. Nesse contexto, a Cruzada ABC, alinhada aos valores conservadores do regime, foi criada para ocupar o espaço deixado por esses movimentos, com o objetivo de controlar e redirecionar a alfabetização no país.

Os movimentos de cultura e educação popular do Brasil, que vinham de um período de grande efervescência no início dos anos 60, foram considerados subversivos com a instauração do golpe militar de 64. Os professores, estudantes e demais ativistas que estavam construindo um projeto de educação crítica e transformadora, se orientando pelo sistema de alfabetização de Paulo Freire, foram considerados progressistas, comunistas e, assim, alvo de inquérito e perseguições.

Como expõe Scocuglia, existia uma reação para uma mudança na direção da educação por parte dos militares

Depois do golpe, os Inquéritos Policiais Militares (IPM) vasculharam a vida dos "subversivos" – estudantes, professores, católicos progressistas, comunistas... , integrantes dos chamados movimentos de cultura popular e educação popular. Enquanto isso, com o apoio do Estado militar e da Aliança para o Progresso (Usaid), religiosos protestantes norte-americanos encetaram uma vigorosa reação ao legado político pedagógico progressista de esquerda, especial e especificamente contra a disseminação do Sistema Paulo Freire de alfabetização de adultos (Scocuglia, 2003, p. 79).

Nessa mesma perspectiva, Scocuglia (2003) compreende que com a eliminação de grupos de esquerda e a repressão a movimentos progressistas, o regime militar apoiou iniciativas que promoveram uma educação mais conservadora e alinhada com seus objetivos. A Cruzada ABC recebeu apoio do governo e de organizações como a Usaid (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), buscando formar uma consciência "democrática e cristã" que combatia a influência das correntes mais progressistas. O golpe também resultou em um desvio de recursos e atenção para projetos de alfabetização que não tinham uma perspectiva crítica. A Cruzada ABC, em sua atuação, buscou atingir um grande número de analfabetos, mas com uma abordagem que não promovia a transformação social, mas sim a integração ao sistema existente.

Nessa mesma direção, Machado (2018) aponta o foco do movimento nos estados do nordeste brasileiro:

Movimento de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC), 1962 a 1969: criado no Recife por um grupo de professores do Colégio Evangélico Agnes Erskine, tendo como foco ações de educação de adultos. Financiada pela Aliança para o Progresso e pelo governo federal, após a suspensão pelo regime militar das atividades dos movimentos populares de cultura e educação. Sua base principal foi o estado da Paraíba, estendendo-se a vários estados no Nordeste, chegando ao antigo estado do Rio de Janeiro, em contraposição ao Sistema de Alfabetização Paulo Freire e ao sindicalismo rural (Machado, 2018, p. 6)

Ainda de acordo com Façanha (2013), no ano de 1965, no âmbito das iniciativas protestantes, a Cruzada ABC foi oficialmente estabelecida como um movimento dedicado à alfabetização de jovens e adultos, que foi fundamentalmente apoiado por um acordo colaborativo entre a USAID, a Faculdade Agnes Erskine, localizada na cidade de Recife-PE, e a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). A capital de Pernambuco serviu como epicentro a partir do qual várias ações se disseminaram por toda a região Nordeste.

Na Paraíba, um dos objetivos da Cruzada ABC era bem claro, “combater o Sistema Paulo Freire utilizado pela Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e substituir o projeto político-pedagógico até então desenvolvido” (Scocuglia, 2003, p.85). O movimento de alfabetização de jovens e adultos teve um grande impacto e abrangeu grande parte do território paraibano. Segundo o pesquisador, em meados dos anos 60, a Cruzada ABC estava presente em 254 municípios, sendo que desses, 136 eram paraibanos, ou seja 87,3% do estado (Scocuglia, 2003).

A Cruzada ABC recebeu um apoio sem precedentes do governo estadual da Paraíba, que priorizou suas atividades e assim ajudou a consolidar a presença de tal movimento em quase território paraibano. Além do apoio do governo do estado, das igrejas protestantes, a Cruzada ABC também se beneficiou da colaboração de igrejas de padres católicos que não eram alinhados com a vertente progressista da Igreja Católica e com as próprias prefeituras e secretarias municipais de educação, o que facilitava o enfrentamento de uma das maiores dificuldades, que era manter os/as alunos/as depois da alfabetização.

Façanha (2013), deixa claro o verdadeiro objetivo da Cruzada ABC:

A Cruzada ABC, durante toda a sua existência preocupou-se em barrar o novo, impedir a participação política, combater as esquerdas e, especialmente, o Proposta pedagógica de Paulo Freire, embora não tenha tido competência pedagógica de contê-lo. Um dos seus instrumentos foi a “compra de consciências”. Não mediu esforços e investimentos para tal empreendimento. Quando se viu cercada de

protestos estudantis em 1967, por exemplo, seu presidente (Pierre Dubose Jr.) ordenou a distribuição de bolsas a estudantes universitários para tentar calar os opositores e ganhar aliados. Os “fantasmas” das forças progressistas na educação, que marcaram o Brasil entre 1961 e 1964, precisavam ser combatidos e exterminados definitivamente. A proposta pedagógica de Paulo Freire não poderia perdurar. Equívoco de seus líderes (Façanha, 2013, p. 93).

A crença de que a educação deveria ser um instrumento de controle e conformidade, ao invés de emancipação, guiou as ações da Cruzada ABC. O equívoco de seus líderes estava na subestimação da força transformadora da educação libertadora, proposta por Paulo Freire. Ao tentar com pensamentos divergentes, o movimento não apenas apresentou falha em erradicar ideias progressistas, mas também reforçou a resistência de um movimento educacional que se opunha à opressão.

### **3.3 MOBRAL (MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO)**

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), também conhecido como Fundação MOBREAL, foi instituído em 1967 através da Lei Nº 5.379. De acordo com Haddad e Di Pierro (2000), este programa de alfabetização funcional buscava novos caminhos para responder às críticas que a Cruzada ABC vinha sofrendo.

O objetivo principal do movimento consistia em garantir a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. O MOBREAL tinha como foco as pessoas analfabetas entre 15 e 30 anos (Brasil, 1967).

Segundo Haddad e Di Pierro, uma das características marcantes do funcionamento do MOBREAL consistia em desenvolver ações descentralizadas nos diversos municípios do país através de Comissões Municipais formadas por coordenadores e supervisores. Essas Comissões Municipais “se encarregaram de executar a campanha nas comunidades, promovendo-as, recrutando analfabetos, providenciando salas de aula, professores e monitores” (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 115).

O MOBREAL, apesar da intenção de aprimoramento das propostas da Cruzada ABC, reforçou a concepção de alfabetização permeada por ideais autoritários e conservadores.

O programa firmou parceria com empresas privadas, as quais ficaram responsáveis pelo planejamento e produção dos materiais didáticos. É importante ressaltar que esses materiais eram produzidos de forma padronizada, sendo o mesmo para todo o território nacional, desconsiderando as particularidades das regiões (Haddad; Di Pierro, 2000).

De acordo com Santos (2014), a concepção de educação e alfabetização estava imposta em cada material:

O regime ditatorial estava escondido e estampado em cada página dos livros, cartilhas e de outras publicações que conduziram a educação nesse período. Através desses materiais, o ensino estava sendo guiado junto às intencionalidades do Governo. Veneração aos heróis nacionais, patriotismo, civismo, exaltação ao governo, eram mensagens incutidas nas entrelinhas de cada um dos materiais didáticos (2014, p. 313)

O Mobral foi encerrado em 1985 e é frequentemente considerado um fracasso, como aponta Catelli (2014). Em 1980, 25,41% da população brasileira ainda era analfabeta. Em 1970, o índice era ainda mais alarmante: 33,6% da população adulta com 15 anos ou mais, o que correspondia a cerca de 18,1 milhões de pessoas. Apesar de uma redução percentual até 1980, o número absoluto de analfabetos aumentou, chegando a 18,3 milhões.

Embora o programa mostrou ter alcançado muitos alfabetizados, pesquisas explicitam que esses dados eram frequentemente exagerados e não refletiam a realidade. O contexto autoritário e conservador do governo militar dificultou a transparência, permitindo que as estatísticas fossem manipuladas para fins de propaganda (Leite; Macêdo, 2014).

Assim, o Mobral não apenas falhou em atender às verdadeiras necessidades educacionais da população, mas também escondeu as profundas desigualdades sociais e educacionais do Brasil, contribuindo para o distanciamento de uma educação justa e democrática.

### 3.4 PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA

No período que compreende o final do período do regime militar e o início do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995- 2003), o Brasil passou por fases de transições políticas e econômicas, sociais e educacionais. Durante esse período, nenhuma iniciativa grandiosa direcionada à alfabetização de jovens e adultos foi evidente, resultando em um vazio considerável na campanha contra o analfabetismo . A falta de um esforço sistemático na educação, deixou escancarado o persistente problema do analfabetismo, principalmente nas regiões norte e nordeste do país.

Em setembro de 1996, Natal, no Rio Grande do Norte, sediou o Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Esse evento marcou o ponto culminante de diversos encontros estaduais e regionais, nos quais participaram universidades, organizações não governamentais, o setor público, o sistema "S", entre outros, promovidos pelo Ministério da Educação (MEC) por recomendação da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNEJA). O objetivo foi consolidar as propostas desses encontros, em preparação para a V Conferência Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos (CONFINTEA), realizada no ano seguinte em Hamburgo, Alemanha. Durante o seminário, as propostas foram articuladas e, posteriormente, redigido um Documento Final, aprovado em sessão plenária (Unesco/MEC, 2004).

Nesse mesmo evento, o Programa Alfabetização Solidária (PAS) foi apresentado e, segundo Barreyro (2010), revelou-se uma proposta que destoava do conteúdo do Documento e do processo de construção social da Educação de Jovens e Adultos.

O Programa Alfabetização Solidária manifestava como objetivo reduzir os índices de analfabetismo do país, focalizando nos jovens de 12 a 18 anos. Em 1997, priorizava os municípios com taxas de analfabetismo superiores a 55%: os localizados nas regiões norte e nordeste. Em 1999, atingiu os Grandes Centros Urbanos e, em 2002, as regiões Centro-Oeste e Sudeste (Barreyro, 2010, p. 176).

O Programa Alfabetização Solidária foi estruturado com base em uma parceria entre o governo federal, universidades, empresas privadas e organizações da sociedade civil, buscando combater o analfabetismo em áreas de alta

vulnerabilidade social. A implementação do projeto envolvia a mobilização de recursos humanos e materiais, com o objetivo de formar educadores voluntários para atuarem diretamente nas comunidades. Esses educadores recebiam capacitação específica para trabalhar com jovens e adultos, utilizando uma metodologia adaptada às necessidades locais. Como detalha a pesquisadora:

Atuava mediante as chamadas “parcerias”: com empresas que custeavam metade dos gastos por aluno (a outra metade era coberta com fundos públicos, advindos do MEC); com universidades, que executavam as ações de alfabetização por meio de coordenadores e alfabetizadores que elas selecionavam e capacitavam; com os municípios, que eram responsáveis por questões operacionais (salas de aula, merenda, convocatórias). Os alfabetizadores eram pessoas do próprio município ou estudantes das universidades que recebiam um curso de capacitação. As aulas estavam organizadas em módulos de seis meses de duração cada um, e os alunos e alfabetizadores apenas podiam participar de um módulo (Barreyro, 2010, p. 176-177).

Não tem como deixar de falar sobre o novo contexto econômico, político e social que o Brasil estava vivendo no início dos anos 90. O primeiro ponto é ressaltar que a Constituição de 1988 assegurou o direito à educação para aqueles que não tiveram a oportunidade de acessá-la na idade própria (art. 208, inciso I), com foco na erradicação do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental (art. 214, inciso I).

Outro marco legal para EJAI nesse período foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que em 1996, reorganizou o sistema educacional nos níveis de Educação Básica e Educação Superior e a modalidade de ensino foi incorporada à estrutura da Educação Básica. No mesmo ano foi instituído o Fundo para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), que através de seus mecanismos, não previa financiamento para a EJA, já que apenas as matrículas do Ensino Fundamental regular eram contabilizadas para recebimentos dos recursos, ou seja, os estados e municípios priorizaram a educação, nesse momento, de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos.

Além desses marcos legais, é preciso falar que o nosso país passou por uma Reforma de Estado, assim como a maior parte dos países latinos americanos, com muitas privatizações e parcerias do governo com o terceiro setor para planejamento e ações de políticas sociais.

Foi necessário explicar esses contextos, pois é nesse cenário que o Programa Alfabetização Solidária nasce e se perpetua, com grande influência de um governo com políticas neoliberais, que é possível pressupor que considerava a educação um custo, e precisava conter os gastos públicos:

Nesse contexto, as reformas foram regidas por premissas econômicas e procuraram sobretudo dotar os sistemas educativos de maior eficácia com o menor impacto possível nos gastos do setor público, de modo a cooperar com as metas de estabilidade monetária, controle inflacionário e equilíbrio fiscal. Seguindo essa orientação, o objetivo explícito da reforma educacional implementada pelo governo federal brasileiro na segunda metade dos anos 1990 foi racionalizar o gasto público e redistribuí-lo entre os níveis de ensino, de modo a aumentar a eficiência interna do sistema, ampliando a cobertura, melhorando o fluxo escolar e elevando os níveis de aprendizagem dos alunos (Di Pierro, 2001, p. 323).

O Programa Alfabetização Solidária tinha interesse em mostrar que era possível alfabetizar sem a intervenção do governo ou com apenas o financiamento de parte dos gastos, terceirizando numa “grande ONG” (a Associação de Apoio) que, por sua vez, distribuiria os recursos às Instituições de Ensino Superior (IES) para a implementação do Programa. Esse modelo permitiria também a participação das Empresas, Governos Estaduais e Instituições, provendo de fundos para Alfabetização Solidária. Se por um lado, a participação do governo interferia positivamente na aceitação por parte dos municípios, por outro, com o discurso de independência do governo, era possível visualizar movimentos de terceirização da implementação pelas Instituições de Educação Superior, emprego temporário, definição do tempo necessário para a alfabetização, utilização de professores leigos, pagamento com bolsas, entre outras (Barreyro, 2010).

O país atravessava um período marcado por novas diretrizes e formas de organização, tanto econômica quanto socialmente. O modelo neoliberal, de maneira perspicaz, conseguiu se adaptar às brechas deixadas pelo Estado, de maneira articulada e estratégica. Tornou-se necessário encontrar justificativas convincentes para que instituições privadas utilizassem recursos públicos, sob o pretexto de oferecer serviços de interesse coletivo. Esse cenário, no entanto, era repleto de contradições. Na educação, por exemplo, as parcerias entre o governo e o terceiro setor eram comuns, mas a proposta teórico-pedagógica aplicada no PAS ia além da

simples decodificação de palavras, sendo inclusive inspirada pelo método de Paulo Freire.

Segundo Coutinho (2010), a fundamentação teórica e pedagógica do Programa de Alfabetização Solidária se inspira na filosofia e no método de Paulo Freire, que vê o alfabetizando como protagonista de seu próprio aprendizado, e entende a alfabetização como algo além do mero domínio técnico de ler e escrever. O material didático utilizado é a coleção "Viver, Aprender", composta por quatro livros para os alunos e guias para os educadores, abrangendo Língua Portuguesa, Matemática, e Estudos da Sociedade e da Natureza. Essa coleção, desenvolvida pela Ação Educativa com autores como Sérgio Haddad e Vera Maria Masagão Ribeiro, seguia as diretrizes do currículo para o primeiro segmento do ensino fundamental e era distribuída pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação Fundamental.

Embora o Programa de Alfabetização Social (PAS) tenha tido um grande impacto, atendendo a muitos alunos e capacitando diversos alfabetizadores, pode-se considerar que a concepção ideal de alfabetização para jovens e adultos acabou destoando da forma como o programa foi executado. Ele adotou uma abordagem mais assistencialista do que educacional, priorizando a empregabilidade temporária, o que desvalorizou o papel dos alfabetizadores e visava reduzir custos. Além disso, ao utilizar a campanha de "adoção de um analfabeto", transferiu-se a responsabilidade do problema persistente do analfabetismo para empresas privadas e a sociedade civil, reforçando uma visão da pessoa não alfabetizada como uma pessoa desfavorecida, ao invés de um sujeito de direitos (Barreyro, 2010).

É fundamental realizar uma análise crítica sobre o Programa Alfabetização Solidária (PAS), pois, embora tenha utilizado subterfúgios para se manter por meio de mecanismos neoliberais, não conseguiu atender efetivamente à alfabetização de jovens e adultos segundo as novas concepções da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) que estavam sendo discutidas. O programa se apresentou com um caráter assistencialista, desconsiderando que a EJAI já era reconhecida como um direito dos sujeitos que não tiveram oportunidade de serem alfabetizados na idade regular.

Com essa perspectiva em mente, o próximo programa a ser analisado é o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que traz novas propostas e abordagens para a alfabetização.

### **3.5 PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO**

No primeiro ano do governo Lula, em 2003, o país vivenciou um cenário de novas expectativas em diversas áreas. Houve um sentimento de esperança quanto a mudanças sociais significativas, especialmente no combate às desigualdades e na promoção de políticas públicas voltadas para a educação e a inclusão social. Nesse contexto, surgiu o Programa Brasil Alfabetizado como uma resposta concreta às necessidades de alfabetização de jovens e adultos, resgatando a importância da educação como um direito fundamental.

No campo da Educação, especialmente na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, o governo Lula deu início a uma trajetória de crescimento, aumentando a necessidade de profissionais qualificados. Isso se concretizou por meio de programas como o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (Cavalcante, 2011).

A criação e funcionamento do Programa Brasil Alfabetizado foram estabelecidos por meio de decretos e portarias, principalmente no âmbito do Ministério da Educação (MEC). Foi instituído através do Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003 com o intuito de erradicar o analfabetismo, que neste ano, segundo Unesco (2008), existiam cerca de 16 milhões de analfabetos, o que representava mais de 13% da população brasileira. O Programa passou por algumas alterações e revogações dos decretos ao longo dos anos, com o objetivo de se adaptar às novas políticas e abordagens relacionadas à alfabetização. Essas modificações foram feitas para garantir que o programa permanecesse eficiente no atendimento das necessidades educacionais do país.

O Programa de Alfabetização do Brasil busca garantir que todos tenham acesso ao ensino fundamental, promovendo o apoio a ações de alfabetização voltadas para pessoas com 15 anos ou mais, incluindo adultos e idosos, em todo o país. Esse suporte ocorre através da disponibilização de recursos financeiros extras para os Estados, o Distrito Federal e os municípios que participam do Programa,

destinados à execução de atividades de alfabetização. Além disso, são oferecidas bolsas para voluntários que atuam como alfabetizadores, tradutores-intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e coordenadores das sessões de alfabetização. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), vinculada ao Ministério da Educação, é a responsável pela coordenação e supervisão do Programa em nível nacional. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), também vinculado ao MEC, gerencia a distribuição de recursos para os Estados, Distrito Federal e municípios, além de fiscalizar a aplicação desses recursos e repassar mensalmente as bolsas, mediante autorização da SECADI/MEC (Manual Operacional do Programa Brasil Alfabetizado, 2008).

O Programa Brasil Alfabetizado, que já tem mais de 20 anos de existência, tem como finalidade criar oportunidades de alfabetização para jovens e adultos e contribuir para sua inserção na educação de jovens e adultos. Diferentemente do Programa Alfabetização Solidária, o PBA conta apenas com recursos do Governo Federal, apesar de também, no início, ter se apoiado na sociedade civil e na utilização de educadores leigos, para engrenar o programa (Catelli, 2014).

Essa diferença entre o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa Alfabetização Solidária, ao depender exclusivamente de recursos públicos, tem um impacto relevante na percepção do sujeito analfabeto e na concepção de uma alfabetização mais libertadora. Ao ser financiado apenas pelo governo, o programa reafirma a educação como um direito coletivo e fundamental, distanciando-se de iniciativas que envolvem apoio privado, e promovendo uma abordagem mais inclusiva e emancipatória.

O Programa Brasil Alfabetizado adotou uma concepção de política pública que reconhece e reafirma o dever do Estado de garantir a educação como direito de todos. Nesta perspectiva republicana e democrática, a alfabetização de jovens e adultos deixou de ser vista como uma ação periférica e compensatória, e passou a constituir-se um dos eixos estratégicos da política educacional do país, integrando-se a outras políticas públicas voltadas para a inclusão dos grupos sociais historicamente excluídos (MEC/SECADI-Diretrizes, 2011, p.7 *apud* Cavalcante, 2011).

Em 2007 o programa precisou ser reformulado após as primeiras avaliações porque, de acordo com as pesquisas de Catelli (2014), apesar de terem sido utilizadas algumas estratégias de expansão na fase inicial do PAB, através da sociedade civil organizada, que teve que montar as salas, ceder espaço e ministrar

as aulas, sendo também agentes que atuaram na busca ativa e convite para as pessoas analfabetas participarem do programa, teve alguns resultados que se distanciam dos objetivos do programa

Em síntese, após os primeiros anos de criação do programa, além dos resultados insatisfatórios, verificava-se que havia os seguintes problemas: um baixíssimo valor investido por aluno, quando comparado com qualquer aluno das redes públicas de ensino; processo de formação de turmas permeado por relações clientelistas; insuficiente formação dos educadores; insuficiência do trabalho de formação inicial e continuada dos educadores; baixos valores pagos aos educadores e coordenadores; insuficiente controle do processo e de avaliação dos resultados; baixíssimo encaminhamento dos egressos do programa para a EJA (Catelli, 2014, p. 102-103).

Com o passar do tempo, várias revisões foram feitas no programa, visando otimizar seu desempenho e garantir uma regulamentação mais eficiente. Essas modificações buscaram garantir a execução mais precisa das ações, alcançar as áreas prioritárias de forma mais ampla e obter resultados mais consistentes na alfabetização de jovens e adultos. Uma mudança significativa foi atribuir aos estados e municípios a responsabilidade principal pela execução do programa, restringindo o repasse de recursos às organizações da sociedade civil para a coordenação de turmas e assim, aumento dos recursos para o programa (Catelli, 2014).

A partir de 2016, após o golpe parlamentar, o Programa Brasil Alfabetizado enfrentou grandes interrupções, resultando em um nível de financiamento extremamente baixo. Em 2022, foi reestruturado por meio do Decreto nº 10.959, mas sob a liderança de um governo conservador, comandado por Jair Bolsonaro, que apresentou os menores níveis de investimento em Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) no século XXI. Como resultado, o Brasil vivenciou uma significativa perda de alunos na EJAI, um público que já é de difícil captação, além de ter interrompido ou desacelerado os avanços na redução do número de pessoas não alfabetizadas no país.

Diante de um terceiro mandato do governo Lula, o Brasil chega em 2023 com 9,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não são alfabetizadas, o que representa uma taxa de analfabetismo de 5,4%, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou seja, ainda com números

alarmantes para nossa sociedade, mostrando que os desafios ainda são grandes. Assim, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), o Programa Brasil Alfabetizado é retomado através do Pacto Nacional de Superação do Analfabetismo e Qualificação de Jovens e Adultos (Pacto EJA), que foi instituído pelo Decreto Nº 12.048, de 5 de junho de 2024.

O Pacto EJA tem como meta, em 4 anos, alcançar 900 mil estudantes através do PBA. Ainda de acordo com a Secadi, poderão participar do programa pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas que vivem no campo ou na cidade, incluindo a população quilombola. O processo de aprendizagem do PBA terá duração de até 12 meses de aula e, ao final do curso, os estudantes receberão uma declaração de alfabetização. Sobre os alfabetizadores, que sempre foi um gargalo nos programas de alfabetização de jovens, adultos e idosos, os mesmos serão selecionados pelos entes federados que aderirem ao programa, com base nas orientações e nos princípios da Educação Popular indicados pela Diretoria de Educação Popular da Secretaria-Geral da Presidência da República e pela Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da Secadi e será pré-requisito para o cargo, ter experiência com educação popular e alfabetização de jovens e adultos e, preferencialmente, ter nível superior (Brasil / MEC/ Secadi, 2024).

Em resumo, ao analisar o Programa Brasil Alfabetizado e suas novas diretrizes, é possível observar que a abordagem adotada busca superar os desafios históricos enfrentados tanto por programas anteriores quanto pelas versões anteriores do próprio PBA, já que as taxas de analfabetismo continuam alarmantes. No entanto, é crucial que esses esforços sejam sustentados por políticas públicas que garantam a continuidade e a expansão da alfabetização, transformando-a em um direito efetivo e acessível a todos. É fundamental que essas iniciativas se alinhem às concepções mais contemporâneas da alfabetização de jovens, adultos e idosos, além de refletir a realidade social e cultural das comunidades atendidas.

O próximo capítulo deste trabalho examinará como o Projeto de Alfabetização Social Voluntária de João Pessoa se insere nos caminhos da EJAI discutidos até aqui.

## **4 O PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO SOCIAL VOLUNTÁRIA NA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO EM JOÃO PESSOA**

O processo de alfabetização de jovens e adultos no Brasil tem sido marcado por diversas lutas, com conquistas e retrocessos, além de períodos de continuidade e interrupções. A alfabetização desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A educação, em nosso país, é marcada como um mecanismo de controle social que acaba marginalizando e excluindo as pessoas que não são alfabetizadas. Ao longo do tempo, as iniciativas de alfabetização surgiram, mas poucas vezes como políticas públicas abrangentes, sendo mais fácil identificar programas e projetos que duram o tempo dos mandatos de governos. Em algumas ocasiões, esses programas existiram para atender demandas econômicas e em outras, por pressões de políticas para inclusão social. Apesar das diversas tentativas e dos avanços alcançados com programas de alfabetização, ainda persistem muitos desafios e o analfabetismo continua a sustentar profundas desigualdades sociais.

Além dos espaços formais de ensino, como as escolas que oferecem a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, o município de João Pessoa, atualmente, desenvolve outros projetos voltados para essa modalidade: o Projeto Escola de Gente Grande, que é de iniciativa da Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa em parceria com secretarias de Habitação e Desenvolvimento Social; o ProJovem Urbano, que tem como objetivo elevar a escolarização de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional e o Projeto de Alfabetização Social Voluntária, que atua em espaços não escolares, promovendo a alfabetização de forma descentralizada e voluntária, que é o objeto central deste trabalho.

Para análise deste trabalho, foi feita a revisão do marco legal que regulamenta e orienta o Projeto de Alfabetização Social Voluntária, a análise do documento oficial para o processo de implementação do projeto, que é o Edital Nº 01/2024 - Processo Seletivo Simplificado de Educadores Sociais Voluntários - Alfabetizadores, que regulamenta a seleção dos alfabetizadores voluntários além da

análise dos materiais pedagógicos utilizados na formação inicial dos alfabetizadores que foram aprovados na primeira etapa da seleção, com o intuito de compreender as diretrizes metodológicas adotadas no projeto e as estratégias formativas voltadas à capacitação dos educadores.

Essa análise documental permite uma visão mais aprofundada sobre os requisitos legais e pedagógicos que orientam a execução do projeto e seu possível impacto na prática de alfabetização de jovens, adultos e idosos.

Sendo assim, este capítulo explora a trajetória desse projeto até o atual momento, destacando sua emergência, os desafios enfrentados para sua implementação e as possíveis contribuições que ele pode trazer para a cidade.

#### **4.1 A EMERGÊNCIA DO PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO SOCIAL VOLUNTÁRIA**

O Projeto de Alfabetização Social Voluntário em João Pessoa surge em um contexto de urgência e demanda elevada, motivado pelos altos índices de analfabetismo presentes na região, especialmente entre as populações mais vulneráveis. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2022, a taxa de analfabetismo no Brasil ainda era de 5,6%, afetando mais gravemente idosos, negros e pardos, e os nordestinos. Na Paraíba, esse índice é ainda maior, chegando a 13,6%, enquanto a região metropolitana de João Pessoa apresentava a maior taxa de analfabetismo entre as regiões metropolitanas brasileiras, com 8% (Apresentação Formação Alfabetizadores, 2024).

Esse cenário evidenciou a necessidade de iniciativas do município que pudessem enfrentar diretamente esse problema, já os desafios foram grandes nos últimos anos, em parte devido ao baixo investimento na EJA dos governos federais anteriores.

Como expõe Gadotti (2010), muitas políticas públicas encaram a superação do analfabetismo como um custo, não como um investimento, não se levando em conta o impacto social do analfabetismo na sociedade, atravessando diretamente a vida das pessoas na saúde, no trabalho, na educação, mas também na vida social, impactando na participação cidadã, perda de produtividade e no desenvolvimento social.

A falta de investimento reflete uma visão de governo que não priorizou adequadamente a alfabetização de jovens e adultos, tratando a EJA como uma

área secundária nas políticas públicas educacionais. Como resultado, os programas voltados para a superação do analfabetismo foram enfraquecidos ou descontinuados, o que contribuiu para a persistente taxa de analfabetismo na região metropolitana de João Pessoa. Essa falta de investimento consistente à EJA evidenciou uma falta de compromisso com a educação, deixando uma lacuna que projetos como o Alfabetização Social Voluntária tentam preencher, ainda que com recursos limitados.

O Projeto de Alfabetização Social Voluntária foi formalmente instituído pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Ordinária 14.305, de 23 de novembro de 2021, atualizada pela Lei 15.053, de 21 de dezembro de 2023. Essas leis estabelecem o Programa Educador Social Voluntário, que normatiza o processo seletivo simplificado para a escolha de alfabetizadores voluntários (João Pessoa, 2021).

Sendo assim, o projeto surgiu como uma resposta a essa realidade, buscando oferecer uma nova tentativa de fazer o direito à educação a jovens, adultos e idosos que não tiveram a oportunidade de se alfabetizar em outro momento da vida.

O edital, lançado com base nessas legislações, selecionou interessados em desempenhar a atividade voluntária de alfabetizador, por tempo determinado de 8 meses. Esse projeto é executado em espaços não formais na cidade de João Pessoa, reforçando o compromisso da administração municipal com a universalização da alfabetização e redução do índice de analfabetismo.

O Projeto de Alfabetização Social Voluntária emergiu como uma iniciativa para enfrentar o analfabetismo em João Pessoa, integrando o voluntariado e a educação popular como ferramentas de inclusão social. No entanto, sua implementação enfrentou e enfrenta desafios significativos, exigindo adaptações buscando possibilidades para garantir o seu objetivo de alfabetizar os alunos e a continuidade das atividades. A seguir, serão discutidos os principais desafios e as soluções adotadas ao longo desse processo.

## 4.2 DESAFIOS E ADAPTAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

A implementação do Projeto de Alfabetização Social Voluntária em João Pessoa apresentou uma série de desafios e precisou passar por algumas adaptações que fazem parte de ações educacionais como esta que são voltadas para populações vulneráveis, especialmente em contextos de voluntariado e com recursos limitados. Esses desafios vão desde a mobilização de alfabetizadores e alfabetizandos até questões mais amplas de infraestrutura e metodologias pedagógicas adequadas para o ensino de jovens, adultos e idosos.

Um dos maiores desafios enfrentados pelo projeto foi no quesito da mobilização de voluntários dispostos a atuar como alfabetizadores. Como o projeto é baseado no trabalho voluntário, os educadores precisam dedicar parte significativa de seu tempo ao planejamento e à execução das aulas, além de lidar com a captação e organização dos alfabetizandos. Segundo o edital (João Pessoa, 2024), cada alfabetizador precisou formar turmas com, no mínimo, 15 alfabetizandos.

Ainda segundo o edital (João Pessoa, 2024), a pretensão era conseguir 100 alfabetizadores que poderiam ter uma ou duas turmas, ou seja, o projeto poderia ter condições de alcançar, no mínimo, 3000 alfabetizandos. Porém, a realidade é que, mediante aos desafios aqui apresentados, entre outras questões sociais, o projeto conseguiu fechar 21 turmas no início das aulas, entre os meses de maio e junho, e atualmente conta com apenas 17 turmas funcionando com a colaboração de 14 alfabetizadores e 3 coordenadoras, que fazem os monitoramentos, o apoio pedagógico e são responsáveis pela formação continuada, que acontece quinzenalmente.

As etapas de seleção foram: inscrição, análise curricular, entrevista acompanhada de uma questão escrita discursiva. Os requisitos básicos para participar do processo são, além de ser brasileiro e ter mais de 18 anos, estar cursando a partir do 5º período licenciatura em alguma área do conhecimento ou possuir formação de nível médio na modalidade Normal e ter disponibilidade de horas para a ação (João Pessoa, 2024).

Embora o projeto ofereça uma bolsa para transporte e alimentação de oitocentos reais para os alfabetizadores, muitos voluntários têm outras responsabilidades, como empregos formais, que limitam sua disponibilidade. O projeto prevê uma dedicação de 20 horas semanais (ou até 40 horas semanais para

quem assumiu duas turmas), sendo metade da carga horária utilizada para as aulas e a outra metade para planejamento e formações (João Pessoa, 2024).

Mediante esses dados, pode-se tecer uma análise sobre como os programas e projetos de alfabetização vem se apresentando em nosso país. É possível observar o quanto a EJAI ainda é marginalizada dentro das políticas públicas educacionais. Quando se busca voluntários, com bolsas com valores abaixo do piso do magistério, sem vínculos, sem exigência de experiência, com qualquer licenciatura para ocupar cargos de alfabetizadores, sem grandes investimentos também para infraestrutura (quando a prática educativa ocorre em espaços não formais), é possível identificar a importância que a alfabetização de jovens, adultos e idosos tem em um governo e explica, em grande parte, os persistentes e elevados índices de analfabetismos, assim como o projeto objeto de estudo deste trabalho, alcançou 10% da sua meta.

O público-alvo são as pessoas não alfabetizadas que tiveram nenhuma ou pouca escolarização e possui um histórico de rejeição ou afastamento da escola, o que dificulta o retorno às práticas educacionais. Além disso, a mobilização desses alunos é comprometida por uma série de fatores, como a falta de incentivos materiais e sociais.

O projeto oferece um kit básico para os alunos, contendo cadernos, canetas e um livro didático, o livro de Alfabetização para Educação de Jovens e Adultos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2014, mas, para muitos, esse suporte é insuficiente para garantir a permanência nas aulas. Outros benefícios, como alimentação escolar, carteirinha de estudante ou uniforme, que costumam ser oferecidos nos espaços formais de educação, poderiam servir como estímulos adicionais para que os alunos continuassem no projeto. No entanto, por se tratar de uma iniciativa de caráter voluntário, o projeto enfrenta limitações em relação a esses incentivos, o que aumenta o risco de evasão.

Além disso, muitos dos alunos pertencem a grupos socialmente vulneráveis, o que faz com que tenham outras demandas prioritárias em suas vidas, como o trabalho, o cuidado com a família, a própria subsistência e ainda problemas como machismo, quando os maridos proíbem que suas esposas participem das aulas. Esse cenário torna o convencimento e a manutenção de turmas uma tarefa ainda mais complexa, exigindo muito mais trabalho, que vai muito além do pedagógico por

parte dos alfabetizadores para superar esses desafios socioeconômicos e culturais que dificultam a chegada e a permanência dos estudantes.

Outro grande desafio para a implementação do projeto está relacionado às condições dos espaços onde as aulas são realizadas. Como o projeto utiliza espaços não formais, como salas em igrejas, centros comunitários e associações de moradores, a infraestrutura muitas vezes é inadequada para a realização de atividades educativas. Isso inclui a falta de materiais básicos, como quadros, cadeiras e mesas, além de dificuldades em garantir iluminação e ventilação adequadas, entre outras necessidades que são básicas, porém fundamentais para que as aulas aconteçam.

O edital do projeto prevê que as atividades possam ser realizadas tanto em espaços formais quanto não formais, mas, na prática, houve uma limitação importante: o projeto não pode ser implementado em espaços escolares em virtude de uma determinação da chefia da Secretaria de Educação. O edital indicava a possibilidade de uso de escolas, centros comunitários, igrejas e outros espaços públicos para formar turmas de alfabetização. No entanto, as aulas acabaram se restringindo apenas aos espaços não formais, o que gerou outras dificuldades. A impossibilidade de utilizar as instalações das escolas, que normalmente já possuem a infraestrutura necessária para as práticas pedagógicas, restringiu o acesso a recursos adequados, impactando diretamente a organização e o andamento das aulas.

Para lidar com algumas dessas dificuldades, o projeto utilizou estratégias de mobilização comunitária envolvendo os alfabetizadores e os responsáveis pelas instituições nos bairros da cidade, e os próprios alfabetizadores foram incentivados a atuar em suas comunidades, aproveitando sua proximidade com os moradores para formar suas turmas. Além disso, a flexibilidade de realizar as aulas em espaços não formais pode facilitar o acesso à educação, trazendo-a para mais perto da realidade dos alfabetizandos.

O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade de transformar... Ninguém luta contra forças que não entende, cuja importância não meça, cujas formas de contorno não discirna... Isto é verdade se refere a forças sociais... A realidade não pode ser

modificada se não quando o homem descobre que é modificável e que ele o pode fazer (Freire, 2015, p. 48).

Então, a proximidade do local das práticas educativas, além de possibilitar um sentimento de pertencimento, pode contribuir para um processo de alfabetização mais significativo.

Assim, conforme o edital, os espaços utilizados para as aulas foram previamente avaliados por técnicos da Divisão de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação do município e pelas coordenadoras do projeto, garantindo que ofereçam as mínimas condições de segurança e funcionalidade. Mesmo assim, alguns alfabetizadores enfrentaram a necessidade de ajustar suas práticas ao ambiente.

Os alfabetizadores precisaram e precisam ser criativos e flexíveis ao adaptar esses espaços para atender às necessidades pedagógicas do projeto, muitos precisaram ir atrás das mesas e cadeiras, quadros e até fazer reparos nas salas.

O Projeto de Alfabetização Social Voluntária de João Pessoa tem como referencial teórico orientador às práticas educativas contribuições do pensamento sobre educação popular de Paulo Freire e Brandão (Apresentação Formação Alfabetizadores, 2024).

#### Para Brandão

Negando realizar-se apenas como trabalho escolar (aquilo que começa na alfabetização e termina em um supletivo, ou em um curso eficaz de “qualificação” de mão-de-obra) a educação popular é mais um modo de presença assessora e participante do educador comprometido, do que um projeto próprio de educadores a ser realizado sobre pessoas e comunidades populares. Ela se realiza em todas as situações onde, a partir da reflexão sobre a prática de movimentos sociais e movimentos populares (as “escolas” onde tem sentido uma educação popular “ensinar”), as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam ações e situações, aprendem e se instrumentalizam. A educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado (Brandão, 2006, p. 50)

Em Freire (2003) entende-se que a educação popular é reconhecida como uma fonte de produção de conhecimento, marcada por uma forte intencionalidade. Pela primeira vez, estabelece-se uma conexão entre educação e política, bem como entre educação e luta de classes. A partir desse ponto, a educação deixa de ser

vista apenas como um meio de transmitir saberes e passa a ser compreendida como um ato político.

Assim, as práticas educativas que acontecem no projeto devem ser orientadas a partir da dialogicidade, de uma educação problematizadora e a partir do cotidiano dos educandos. Essa é a concepção de educação que foi apresentada no segundo capítulo deste trabalho e que deve permanecer nas políticas de educação, porém é necessário que haja um mínimo de estrutura e investimentos que possam facilitar as ações pedagógicas dos educandos e alfabetizadores, é necessário compreender a realidade particular de cada território, principalmente se tratando da diversidade da Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Apesar dos diversos desafios que têm sido enfrentados durante a implementação, como a dificuldade de mobilização de alunos, a falta de infraestrutura adequada e a escassez de recursos materiais, o Projeto de Alfabetização Social Voluntária tem demonstrado resistência ao se adaptar às condições adversas. As soluções encontradas pelos alfabetizadores e o apoio comunitário têm sido fundamentais para a continuidade das atividades.

No próximo tópico, serão discutidas as possíveis contribuições do projeto, tanto para a educação dos alunos quanto para o desenvolvimento de políticas públicas locais.

#### **4.3 POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO PARA A ALFABETIZAÇÃO EM JOÃO PESSOA**

Embora o Projeto de Alfabetização Social Voluntária ainda esteja em fase de execução, algumas contribuições iniciais podem ser observadas. O projeto tem o potencial de impactar positivamente a vida de jovens, adultos e idosos que, até então, estavam à margem do sistema educacional. Ao proporcionar uma nova chance de alfabetização aos sujeitos que tiveram esse direito negado, o projeto vai além do desenvolvimento das habilidades básicas de leitura e escrita, promovendo também a inclusão social e a autonomia dos alfabetizandos.

Sobre uma nova oportunidade de se alfabetizar

Todos sabemos que o fim do analfabetismo não é só responsabilidade do governo federal: é responsabilidade das três esferas de governo. Mas é inaceitável, seja quem for o responsável, que o direito humano à educação seja negado duas vezes aos adultos. O analfabetismo é uma ofensa ao direito de cidadania: é como negar o direito humano à comida, à liberdade, o direito a não ser torturado. Será que devemos esperar que os analfabetos morram para que as estatísticas melhorem?” (Gadotti, 2010, p. 6)

Por isso, é fundamental que projetos e programas como este sejam cuidadosamente planejados e elaborados, pois os sujeitos que tiveram seu direito social e humano à alfabetização negado não podem ter essa oportunidade perdida novamente (Gadotti, 2010).

A reincidência da exclusão educacional agrava ainda mais as desigualdades, tornando essencial que cada iniciativa de alfabetização de jovens, adultos e idosos seja comprometida com a transformação social, para que assim os sujeitos tenham seu direito à educação garantido.

Uma das principais contribuições esperadas é a redução das taxas de analfabetismo em João Pessoa, que poderá ser analisada em futuras pesquisas. Ao atuar em espaços não formais e mobilizar voluntários, o projeto visa alcançar aqueles que, por diversas razões, não tiveram acesso à educação formal. Além disso, ao garantir que esses alunos sejam alfabetizados, o projeto cria a oportunidade para que eles avancem para o Ciclo I da EJA, promovendo a continuidade de seus estudos e aumentando suas chances de inserção no mercado de trabalho e participação ativa na sociedade.

A escolha de realizar o projeto em espaços não formais se mostra particularmente relevante, dado que, para muitos dos alunos, a escola formal foi, ou ainda é, um motivo de afastamento e resistência ao retorno às práticas educativas. O ambiente escolar, para esses alunos, muitas vezes remete a experiências negativas de exclusão, fracasso ou inadequação, o que dificulta o retorno com a educação. Esses locais podem proporcionar uma sensação de proximidade e pertencimento, o que contribui para a diminuição da evasão e para a criação de vínculos mais fortes entre os alfabetizadores e os alfabetizandos, além de poder contribuir com a quebra do imaginário de um modelo de educação, e ajudar na elaboração dos alunos, que o processo educativo pode estar presente em muitos lugares.

Contribuindo para esse pensamento, Bonatto, Costa e Schirmer (2015) afirmam que o processo educativo em espaços não formais contribui sobre o que se aprende no “mundo da vida”, através dos processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços de ações coletivas, já que esses espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos. A participação dos indivíduos é optativa, mas ela também pode ocorrer por força de certas circunstâncias de vivências históricas de cada um, em seu processo de experiência e socialização.

Sendo assim, apesar do desafio dos alfabetizadores em encontrar espaços adequados, esses locais podem proporcionar, segundo Freire (2011, p. 96), “...a educação é uma forma de intervenção no mundo.”

Outro impacto significativo do projeto é seu possível potencial para inspirar políticas públicas de educação em João Pessoa. Ao demonstrar que é possível mobilizar a comunidade e voluntários em nome da educação, o projeto pode servir de modelo para novas iniciativas educacionais e fortalecer a luta pela superação do analfabetismo na cidade. A continuidade do projeto nas instituições locais e a expansão para outros contextos são questões que dependem de um monitoramento constante e do compromisso dos gestores e educadores em garantir sua efetividade e continuidade.

A importância de se investigar o andamento do projeto se justifica na possibilidade servir como um modelo para a criação de programas permanentes de alfabetização, que integrem o trabalho voluntário com o apoio institucional e governamental com recursos públicos mais robustos e infraestrutura permanente.

A continuidade e o aprimoramento do projeto dependerão de sua capacidade de mostrar resultados concretos na redução do analfabetismo e na inclusão social dos alfabetizandos.

Em suma, o Projeto de Alfabetização Social Voluntária apresenta um importante potencial para a alfabetização de jovens, adultos e idosos em João Pessoa, mesmo enfrentando desafios significativos.

Ao analisar os programas de alfabetização abordados neste trabalho, é possível observar que o projeto compartilha características semelhantes em sua elaboração, como o foco na inclusão social e no combate ao analfabetismo e na sua própria estrutura, como é o caso do Programa Brasil Alfabetizado, que foi reformulado no atual Governo Federal.

Sobre os desafios de uma intencionalidade de uma verdadeira transformação social, é preciso

Reorganizar a sociedade velha, transformá-la para criar a nova sociedade não é tão fácil assim. Por isso, não se cria a sociedade nova da noite para o dia, nem a sociedade nova aparece por acaso. A nova sociedade vai surgindo com as transformações profundas que a velha sociedade vai sofrendo (Freire, 1995, p. 74-75)

É de grande importância que projetos de alfabetização tenham uma visão crítica, neguem o mito da neutralidade da educação, é necessário encarar a natureza política do processo educativo (Freire, 1995)

É fundamental que iniciativas como essa não sejam restritas apenas à esfera municipal, mas que também venham das esferas estadual e federal, garantindo um investimento coordenado e recebam um olhar mais atento dos poderes públicos. A alfabetização deve ser um objetivo comum de todas as esferas de governo, com políticas públicas alinhadas e contínuas, de modo a assegurar que todos os sujeitos tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades de crescimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa sobre a alfabetização de jovens, adultos e idosos no contexto de João Pessoa, especialmente através do Projeto de Alfabetização Social Voluntária, é possível afirmar que a alfabetização vai além da simples decodificação de palavras. Ela está profundamente ligada à inclusão social, à emancipação dos sujeitos e à promoção da justiça social. Conforme observado ao longo deste trabalho, as iniciativas de alfabetização, tanto históricas quanto atuais, revelam uma trajetória de lutas e desafios, mas também de significativos avanços.

A análise documental e a revisão teórica fundamentaram a pesquisa, evidenciando que os objetivos propostos foram alcançados. A reflexão sobre as concepções de alfabetização e letramento, sustentada por autores como Paulo Freire, Magda Soares e Suzana Schwartz, trouxe clareza à relação entre prática e teoria no processo de ensino. A historicização destacou os avanços e retrocessos de diferentes programas, situando o projeto no contexto maior da alfabetização no Brasil. Por fim, a caracterização do Projeto Alfabetização Social Voluntária revelou seu papel na inclusão de populações historicamente marginalizadas, destacando as contribuições práticas para a EJA na cidade de João Pessoa, assim como seus desafios e adaptações, principalmente por parte dos alfabetizadores voluntários.

A implementação do Projeto de Alfabetização Social Voluntária em espaços não escolares, como associações comunitárias e ONGs, destaca o potencial transformador da alfabetização na promoção da inclusão social. Ao proporcionar um ambiente de caráter comunitário, o projeto tem conseguido superar barreiras históricas relacionadas ao fracasso escolar e à exclusão. Contudo, desafios como a insuficiência de infraestrutura, a dificuldade na mobilização de recursos, as bolsas com valores abaixo do piso do magistério para os alfabetizadores e a falta de incentivos sociais para os alunos apontam para a necessidade de políticas públicas mais robustas, que garantam sua sustentabilidade e ampliem seu alcance.

Esse estudo também revela que a alfabetização, quando compreendida sob uma perspectiva crítica, como defendida por Paulo Freire, pode ser uma ferramenta de transformação social. Através dela, os educandos passam a questionar e interpretar o mundo ao seu redor, desenvolvendo sua autonomia e cidadania plena. A alfabetização, portanto, se apresenta não só como uma habilidade técnica, mas

como um meio de conscientização e libertação dos sujeitos, de acordo com a concepção de Freire.

A análise dos programas históricos e o estudo do Projeto de Alfabetização Social Voluntária indicam que, para se alcançar uma verdadeira superação do analfabetismo, é necessário um esforço coordenado entre todas as esferas de governo, em sintonia com as iniciativas comunitárias. Somente com políticas públicas consistentes, que reconheçam as particularidades de cada contexto social, principalmente diante da diversidade do público da EJAI, será possível garantir a educação para os sujeitos que tiveram seu direito negado.

A partir dos resultados apresentados, é evidente a necessidade de aprofundar os estudos sobre a integração entre projetos comunitários e políticas públicas voltadas à alfabetização. Investigar como iniciativas como o Projeto Alfabetização Social Voluntária podem ser ampliadas e institucionalizadas pelo poder público surge como uma questão relevante para garantir maior impacto e continuidade. Além disso, compreender os efeitos de abordagens pedagógicas dialógicas e críticas, inspiradas em Paulo Freire, tanto na formação de alfabetizadores quanto na aprendizagem dos educandos, pode abrir caminhos para soluções mais eficazes no enfrentamento do analfabetismo

Por fim, o Projeto de Alfabetização Social Voluntária de João Pessoa pode servir como modelo para outras iniciativas de alfabetização em contextos semelhantes. Suas contribuições iniciais são promissoras, mas será necessário um contínuo monitoramento, pesquisa e análise de sua implementação e resultados para garantir sua efetividade e longevidade.

Esta pesquisa também foi um marco na minha formação acadêmica e profissional. A vivência como coordenadora do projeto permitiu uma aproximação prática com a realidade da EJAI, consolidando meu compromisso com a modalidade e aprofundando minha compreensão sobre os desafios e potencialidades da alfabetização em contextos não escolares. Essa experiência fortaleceu minha convicção na educação como direito humano e prática libertadora.

## 6 REFERÊNCIAS

BARREYRO, Gladys Beatriz. **O "Programa Alfabetização Solidária":** terceirização no contexto da reforma do Estado. *Educar em Revista*, n. 38, p. 175-191, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000300012>.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006

BRASIL. **Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4834.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4834.htm).

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Dados PNAD 2023. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l5379.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.379%2C%20DE%2015%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201967.&text=Prov%C3%AA%20s%C3%B4bre%20a%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20funcional,Art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5379.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.379%2C%20DE%2015%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201967.&text=Prov%C3%AA%20s%C3%B4bre%20a%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20funcional,Art).

BRASIL. **Ministério da Educação. Manual Operacional do Programa Brasil Alfabetizado**. Brasília, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/brasilalfabetizado/pba\\_passoapasso.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/brasilalfabetizado/pba_passoapasso.pdf).

BRASIL. Ministério da Educação / Secadi. **Programa Brasil Alfabetizado é retomado com bolsas para educadores**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/programa-brasil-alfabetizado-e-retomado-com-bolsas-para-educadores>

BONATTO, Luana; COSTA, Cibele; SCHIRMER, Mara. **Um olhar sobre as práticas educativas nos espaços não escolares**. In: SEMINÁRIO NACIONAL

DIÁLOGOS COM PAULO FREIRE: UTOPIA, ESPERANÇA E HUMANIZAÇÃO, 9., Igrejinha, 2015, Anais.... Rio Grande do Sul: Faculdade Integradas de Taquara, 2015. p. 1-8.

CATELLI, Roberto. Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: de programa em programa. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 91-109. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p91-109>.

CAVALCANTE, Arilú da Silva. **Egressos do programa Brasil alfabetizado: desafios sobre continuidade de escolarização em EJA no Município de Conde/PB.** 2012. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE- UFPB, PB, 2012.

CAVALCANTE, Rejane de Barros. **Estudo sobre o programa Brasil alfabetizado na Paraíba: limites e possibilidades (2003-2010).** 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE-UFPB, PB, 2011.

COUTINHO, Kátia Regina Roseiro. **Educação de jovens e adultos: perfil identitário dos professores alfabetizadores do Programa Alfabetização Solidária das regiões norte e nordeste.** 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.

DI PIERRO, Maria Clara. **Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos.** Educação e Pesquisa, v. 27, n. 2, p. 321-337, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022001000200009>.

FAÇANHA, Sabrina Carla Mateus. **Alfabetização de jovens e adultos no Estado da Paraíba: registros político-pedagógicos de experiências da década de 1960.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

Ferreira, Andréa Tereza Brito; Albuquerque, Eliana Borges, Moraes, Artur Gomes de; Ferreira, Josemar Guedes (2013). **Práticas dos professores alfabetizadores da EJA: o que fazem os professores, o que pensam os seus alunos?**. Educação Em Revista, 29(3), 177–198. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982013000300008>

FORMAÇÃO DOS ALFABETIZADORES. **Apresentação Formação Alfabetizadores**. 2024. Documento apresentado na Formação dos Alfabetizadores, João Pessoa, abril de 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira**. 1959. Tese de Concurso para a Cadeira de História e Educação - Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 30. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Educação de adultos como direito humano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/38bd193c-b661-4dca-b20e-c9f3e7657475/content>.

JOÃO PESSOA. **Lei nº 15.053, de 21 de dezembro de 2023**. Modifica a lei nº 14.305/2021 para alterar o art . 5º para ajuste da bolsa auxílio dos cuidadores. Diário Oficial do Município de João Pessoa, 2023.

JOÃO PESSOA. **Lei nº 14.305, de 23 de novembro de 2021**. Institui o Programa Educador Social Voluntário e dá outras providências. Diário Oficial do Município de João Pessoa, 2021.

João Pessoa (PB). **Edital nº 01/2024 - Processo seletivo simplificado de educadores sociais voluntários - alfabetizadores.** João Pessoa. 6 de mar. de 2024

LEITE, Priscila da Silva.; MACEDO, Rúbia de Oliveira. **A contribuição do Movimento Brasileiro de Educação – MOBREAL para a educação de adultos no Brasil no período do regime militar.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E.P.U., 198

MACHADO, Maria Margarida. **Thesaurus da educação popular e da educação de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação, v. 23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230036>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PORTO, Maria das Dores Paiva de Oliveira; LAGE, Iveline Lucena da Costa. **CEPLAR, história de um sonho coletivo: uma experiência de educação popular na Paraíba destruída pelo golpe de estado de 1964.** João Pessoa: Conselho Estadual de Educação, Secretaria da Educação e Cultura, 1995.

SANTOS, Leide Rodrigues. dos. **Mobreal: a representação ideológica do regime militar nas entrelinhas da alfabetização de adultos.** Revista Crítica Histórica, v. 5, n. 10, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/rchv15n10.2014.0016>.

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Educação de jovens e adultos: histórias e memórias da década de 60.** Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 108-130, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200007>.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**: caminhos e descaminhos. Revista Pátio, ano VIII, n. 29, fev./abr. 2004

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação* [Internet], n. 25, p. 5–17, jan. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002>

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015

UNESCO. **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea 1996-2004**. Jane Paiva; Maria Margarida Machado e Timothy Ireland (organizadores) – Brasília: Ministério da Educação : UNESCO, 2005.

UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/ALFABETIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20ADULTOS%20NO%20BRASIL.pdf>.

VÓVIO, Claudia Lemos.; KLEIMAN, Angela B. **Letramento e alfabetização de pessoas jovens e adultas: um balanço da produção científica**. Cadernos CEDES, v. 33, n. 90, p. 177-196, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622013000200002>.